

TEMA: Psicanálise, Política e Estado

:

Da “profissão que não existe” no Brasil

Cristiana Facchinetti¹

Carlos Fidélis da Ponte²

RESUMO

Este artigo propõe vincular a produção discursiva às formas de luta de poder utilizadas por aqueles que disputaram o controle sobre o campo psicanalítico no Brasil entre as décadas de 1960 e 1980. Para tanto, empreendemos uma análise das estratégias dessas décadas que abordavam a psicanálise como uma ciência e uma prática desprovidas de comprometimentos políticos ou sociais, dotando-a (ou reforçando um viés herdado e assumido sem maiores questionamentos) de uma aura de pureza impermeável a injunções corporativas ou ideológicas que, aliada a modalidades específicas de formação e credenciamento, supostamente garantiria o desenvolvimento “positivo, seguro e verdadeiro” do saber freudiano.

PALAVRAS CHAVE: política, psicanálise, Brasil, instituições, saber

Em uma carta à Oskar Pfister, Freud (1926) explicitou seu desejo de que a psicanálise fosse professada de forma leiga, sendo poupada do vínculo com os médicos e com as religiões. Sabemos, entretanto, que a psicanálise pós-freudiana acabou por tomar rumos que eventualmente se mostraram antagônicos aos seus desejos, sendo muitas vezes mergulhada em grandes disputas de poder, que envolveram psiquiatras e religiosos.

Este artigo propôs-se a lançar luz sobre as disputas para o controle psicanalítico estabelecido pelos psiquiatras associados às instituições psicanalíticas brasileiras reconhecidas pela International Psychoanalytical

¹ Psicanalista, pesquisadora visitante do Depto. de Pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz (apoio CNPq/FIOCRUZ) e professora da pós-graduação em História das Ciências da Saúde (COC/FIOCRUZ)

² Historiador do Depto. de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/ FIOCRUZ,

Association (IPA) entre as décadas de 1960 e 1980. Com este intuito, buscamos vincular as formas de poder então vigentes à produção discursiva que abordava a psicanálise como uma ciência e uma prática desprovidas de comprometimento políticos ou sociais e marcada por regras de formação e credenciamento que supostamente garantiriam o desenvolvimento do verdadeiro saber freudiano.

Freidson (1978: 369-370) e Starr (1991: 30-31), dois sociólogos que se dedicam ao estudo das profissões e seus vínculos com a política, nos alertam que o conhecimento e o código de ética adotados e difundidos por uma profissão não devem ser considerados como elementos confiáveis a ponto de serem tomados como a expressão da identidade de um grupo. Segundo eles, aceitar este posicionamento corresponde endossar a argumentação comumente utilizada pelos grupos profissionais na conquista e manutenção de seus privilégios no mercado.

Muito ao contrário, na acepção desses autores, a ação política tem papel decisivo na delimitação de uma profissão. Freidson (1978: 93), por exemplo, argumenta que o esforço para definir uma profissão está apoiado no grau de autonomia conquistado por um determinado modo de ocupação frente a outros segmentos e instâncias sociais.³

Deste modo, o saber e os códigos de ética e conduta podem ser compreendidos como instrumentos empregados nas ações e estratégias de convencimento ou imposição, i.e., dispositivos de controle cujo objetivo é o de demarcar e manter um território. Por este ângulo, o processo de profissionalização pode ser mais bem expresso como uma política de instrumentalização cognitiva e moral na construção, regulação e difusão de crenças e visões de mundo, obtendo daí os privilégios e recursos necessários a sua sobrevivência enquanto categoria diferenciada.

Não queremos deixar de ressaltar também aqui a questão da inclusão do conhecimento como objeto político e de poder. Na defesa do *ethos* e do *status quo* de um saber institucionalizado, busca-se comumente diferenciar a episteme do aspecto corporativo. Ainda que se estabeleçam diferenças entre

Mestre em Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ), professor da Universidade Santa Úrsula.

³ Sobre este assunto, ver também PONTE, 1999.

um saber (se é que existe um saber *em si*) e suas apropriações pelos processos de institucionalização e representação social, estas diferenças tendem a ser, como já alertava Castel (1978), por demais tênues e dotadas de reduzidas possibilidades de enunciação autônoma, livre de influências e constrangimentos externos.

Considerando que o registro psicanalítico traz à tona o sujeito do desejo por detrás de todo e qualquer objeto do conhecimento, é preciso, ainda, considerar que todo processo de apreensão de saber enquanto empreendimento *demasiadamente humano* (Nietzsche, 2000) carrega conflitos, tendências, afetos e representações que, a despeito de sua capacidade de afetar seus rumos, permanecem, na ampla maioria das vezes, inconscientes, ou mesmo, foracluídos.

Tomada deste ângulo, a própria psicanálise seria então constituída não apenas por seus objetos, métodos, teorias e enunciados, mas também por toda uma carga de intensidades e de valores, idealizações e envolvimento culturais a ela agregados. Existiria assim não só uma polaridade entre a psicanálise e suas formas institucionalizadas, mas também uma tensão.

O embate de forças é bastante visível no caso da entrada, difusão e institucionalização da psicanálise no Brasil. A psicanálise que entrara para auxiliar na subversão de códigos de linguagem e de ruptura com uma visão-de-mundo comprometida com o modelo europeu idealizado, causando estranhamento e escândalo nas experimentações clínicas e de linguagem, foi incorporada por um discurso conservador, repressivo e acrítico. Submetida a um filtro ideológico autoritário, cujos conceitos e práticas passam a ser considerados como verdadeiros e único caminho de ascese ao saber, foi convertida em algo “limpo, seguro e domesticado” (FRY, 1982, p.53), destituída de seu poder subversivo.

Colocados os termos que balizam nosso referencial de leitura, analisaremos agora a relevância da política na produção e reprodução do saber nas sociedades psicanalíticas que dominaram o cenário psicanalítico nacional até fins dos anos setenta. Dimensão que afeta o ritmo e a qualidade do desenvolvimento da produção teórica no país durante todo o período em que esses poucos grupos detinham a hegemonia sobre o campo.

Ao contrário da difusão da psicanálise ocorrida nas três primeiras décadas do século XX, em que a política ocupava um lugar de destaque e onde a psicanálise era vista como instrumento na consecução de um projeto de construção de nação, na década de 1950 os psiquiatras que se tornaram responsáveis pela institucionalização da psicanálise no Brasil dirigiram seus esforços, quase que exclusivamente, no sentido de afirmar a existência e a autonomia da profissão.

Nessa outra modalidade de percepção da psicanálise, o vínculo necessário entre psicanálise e cultura preconizado entre outros, por psiquiatras como Durval Marcondes (na década de 1920) e Porto-Carrero (em 1920 e 1930), literatos como Mário e Oswald de Andrade (1920), cientistas sociais como Arthur Ramos e Sérgio Buarque de Hollanda (1930-1940), cedeu lugar à tarefa de formar e controlar um mercado a partir da instituição e da defesa de privilégios corporativos em que se incluiu psiquiatras e higienistas, bem como profissionais a eles relacionados, como capazes de professar *cientificamente* a psicanálise.⁴

Daí em diante, esse discurso predominaria no país, impondo um tratamento globalizante à psicanálise e difundindo conceitos e práticas que, via de regra, seriam considerados como únicos. Para ser psicanalista, o interessado tinha de assegurar sua *formação técnica* nas regras outorgadas pela IPA. Definiram-se padrões para diferenciar a psicanálise de outras terapêuticas e promoveu-se uma espécie de saber desdobrado apenas para os iniciados, como modo de afirmação do profissional no mercado. A partir de então, se oficializaria o modelo da IPA como verdadeiro, objetivo, científico, neutro e universal. (BIRMAN, 1997:28).

O analista-psiquiatra passou a ser o detentor de um saber soberano em relação ao psiquismo e seus desvios, e o analisando, o objeto de cura em seu poder. Mas vale lembrar que aquele foi um soberano de compromisso: estando vinculado às normas e hierarquias da nova instituição, construída a partir do modelo da IPA, o rei era servo de outros senhores (FREUD, 1923).

⁴ Resta salientar que a nova apropriação da psicanálise é feita, muitas vezes pelos mesmos personagens que na década de 1920; agora, entretanto, a psicanálise sob o referencial da IPA e sob os olhos dos psiquiatras passa a ser tomada como verdadeira, frente à psicanálise anterior que cai sob a pecha de erro (Sobre este assunto, vide, por exemplo, FACCHINETTI, 2001)

“(…) a institucionalização da psicanálise corresponde ao silenciamento teórico e ético desta articulação fundamental [a articulação entre o discurso teórico e o movimento psicanalítico] (…) Neste contexto, a institucionalização psicanalítica visaria, antes de mais nada, o reconhecimento social da psicanálise a qualquer custo, mesmo que isso implique na perda de sua especificidade por sua articulação ao saber psiquiátrico”. (BIRMAN, 1989, p.17)

Em linhas gerais, as ações e a fala dos personagens daquela geração demonstravam desde desinteresse até uma atitude de repúdio da parte de alguns de seus líderes e expoentes, frente às grandes questões nacionais e à participação política no sentido mais amplo da palavra.

Como exemplo de tal posicionamento, o texto a seguir é bastante elucidativo, em especial quando se considera que o autor era analista didata da SBPRJ e que o artigo citado está publicado em 1976 pela *Revista Brasileira de Psicanálise*, da Associação Brasileira de Psicanálise. Buscando refutar críticas segundo as quais as instituições psicanalíticas teriam sido cúmplices do regime ditatorial pelo fato de seus analistas não terem denunciado os torturadores por eles analisados e por continuarem a recebê-los em seus consultórios, Mário Pacheco de Almeida Prado nega o comprometimento a que todos de uma mesma cultura e *Zeitgeist* estariam banhados.

O descompromisso do psicanalista estaria vinculado ao fato de que, segundo ele, o projeto psicanalítico estaria fortemente enlaçado à perda dos traços locais, bem como ao desligamento dos acontecimentos ocorridos no campo social. Apenas assim, pensava o autor, o analisando poderia alçar a universalidade almejada para todos os que passavam pelo processo analítico. Ao seu entender, no decorrer de uma análise o analisando deveria afastar-se das questões locais e do sentimento de pertencimento. O analista, por sua vez, deveria também manter a *neutralidade* e a desvinculação das questões sociais ao seu redor. Vejamos como o autor se expressa:

“(…) As distorções a que estou explicitamente me referindo nesse momento dizem respeito à tentativa de se introduzir no *setting* analítico, dentro da mente do analista, que ele é um ser político, carregado de ideologia política. (…)

“(…) “ Sendo os impulsos e as angústias a eles ligados funções de relações,

não se compreende a acusação de que os analistas estejam em uma torre de marfim, por formularem interpretações baseadas na psicanálise e se conduzirem de acordo com os princípios da investigação psicanalítica. Afirmações e argumentações como esta ou aquelas já referidas atrás, chocam-se com tudo o que a psicanálise tem (...) conseguido estabelecer do mais absoluto rigor científico possível em matéria tão difícil quanto o é a mente humana.”

(ALMEIDA PRADO, 1976: 267-8)

Contra o argumento de que não haveria neutralidade possível neste saber, e sim um posicionamento em que sempre estaria implícita a participação do analista nos valores éticos, sociais e políticos vigentes em cada época, o autor afirma com veemência:

“(…) É vital ter em mente que estamos considerando um relacionamento verbal entre dois indivíduos e não o de um grupo. O objetivo da pesquisa analítica é o de apresentar o paciente a si mesmo”. (idem, p.268)

Assim, a neutralidade e a assepsia do psicanalista frente ao paciente e à cultura seriam necessárias para garantir a manutenção da singularidade do sujeito em análise. Tal posicionamento estaria baseado no caráter universal da psicanálise, firmado num método que busca captar a dinâmica que se dá entre o consciente e o inconsciente, sem levar em conta o contexto local a sua volta (ou talvez melhor dizendo, que busca extirpar os sinais do contexto cultural).

A psicanálise, independente do local em que fosse difundida e institucionalizada, apresentava-se, segundo o autor, como sendo aquela em que o sujeito – seja este o analista ou o analisando – ousaria abrir mão de suas identificações, o que se revelaria essencial para o direito ao exercício de sua singularidade.

Cabe lembrar que o fundador do saber psicanalítico jamais perdera de vista a esfera do campo da cultura. Para Freud, não haveria como separar nitidamente, em termos de investigação teórica, os indivíduos da sociedade, senão ignorando por completo as tensões latentes que os unem. Nesse sentido, alegar que a psicanálise nada tem a ver com o universo da política

pode ser entendido como uma estratégia⁵ de escamoteação cuja finalidade bem poderia ser a de assegurar o poder de mando de uns poucos, refletindo uma modalidade de incorporação do saber psicanalítico que ignora - ou desconhece propositadamente - que a disciplina erigida por Freud se funda justamente nas múltiplas implicações que envolvem o sujeito e no confronto de forças daí resultante.

Assim, diversamente de outros campos do conhecimento para os quais, apesar dos fortes argumentos em contrário, ainda persista uma distância imaginária entre o saber produzido e as condições de sua produção, no caso da psicanálise não haveria como suprimir os efeitos dessas relações, na medida em que a política é parte constitutiva e essencial de seu próprio objeto.

Consoante a este entendimento, percebe-se que a dimensão política, se não marcava sua presença nas sociedades vinculadas à IPA por meio de claras manifestações éticas a partir do reconhecimento de sua necessária vinculação com o campo social, acabava adentrando pela porta dos fundos sobre a apreensão e o desenvolvimento do saber psicanalítico nessas organizações que, em função da posição de destaque que detinham, moldavam as feições assumidas por este saber no país.

“(…) a questão da contextualização do pensamento e da prática psicanalíticos foi recalcada, e a sua consideração então impedida, por uma série de ocorrências no desenvolvimento e na estruturação da psicanálise (no Brasil)”. (FIGUEIRA, 1991, p.115)

Sob a égide do primado supostamente neutro do cientificismo, as forças da ordem sobrepujaram às forças de ruptura e o silêncio pesou sobre diversos acontecimentos⁶. Entretanto, a insistência de um “*não quero saber disso*” não destituiu o lugar da política e do social, apenas impediu que ele pudesse ser utilizado criticamente como elemento de transformação.

⁵ Considerando-se o aspecto subjetivo que o termo estratégia pode abarcar, podemos entendê-lo como “o modo pelo qual o sujeito tenta confrontar-se com a demanda do Outro” (GAZZOLA, 2002:175); podemos vislumbrar aí outros desdobramentos possíveis para as relações de poder frente à IPA e aos outros profissionais.

⁶ Sobre a questão do silêncio na política da psicanálise, ver KATZ, 1985 e FACCHINETTI & PONTE, 2003.

De fato, as críticas às sociedades que dominaram o cenário psicanalítico brasileiro até fins dos anos 70 são quase unânimes ao identificar, nas formas de relacionamento então vigentes no interior destas instituições, uma espécie de "espelhamento" do autoritarismo que oprimia a nação naquele período.

Segundo esta visão, não é por acaso que a fase de controle hegemônico sobre o mercado exercido por estas organizações, durante as décadas de 1960 e 1970, coincide com os anos mais truculentos da ditadura militar que dirigiu de maneira incontestada os rumos nacionais de 1964 até pelo menos 1979, época em que a pressão sindical no ABC paulista e os movimentos de resistência começaram a colher os frutos de suas ações, conquistando a anistia aos presos políticos e, posteriormente, as eleições diretas para os cargos do poder executivo, produzindo vozes dissonantes dentro do campo psicanalítico capazes de questionar o *status quo*.

“Uma ruidosa e crescente legião de psicopatas tomou de assalto a psicanálise. Pessoas com distúrbios de personalidade estão se arvorando em psicanalistas. Aos poucos, a invasão destruidora da profissão se vai transformando em alarmante destruição da pp ciência da psicanálise”. (CABERNITE, 1980:1)

A crise das sociedades filiadas à IPA foi fortemente agravada na primavera de 1980, quando a tensão existente no interior destas instituições ganhou espaço público. Deflagrada a partir da repercussão da cobertura jornalística de um seminário realizado na PUC do Rio de Janeiro, e cujo tema central eram as relações entre psicanálise e política, a polêmica abalou profundamente o prestígio das organizações congregadas em torno da ABP.

Montado sobre um eixo temático considerado secundário pela chamada psicanálise oficial sob o argumento de que a política constituía-se uma influência nefasta que comprometia a qualidade do trabalho analítico, o evento foi palco de pesadas críticas e de denúncias contra as organizações vinculadas à Internacional, acusadas então de falta de seriedade profissional e de convivência com a prática de torturas durante o regime militar.

Inicialmente restritas ao âmbito acadêmico e ao meio psicanalítico, as críticas às sociedades ligadas à IPA ganharam notoriedade após a publicação, no *Jornal do Brasil* de 23 de setembro de 1980, da reportagem assinada por

Roberto Mello alusiva à abertura do evento que se realizava naquela universidade. Sob o título "*Os Barões da Psicanálise*", a matéria chamou atenção para as opiniões dos psicanalistas Eduardo Mascarenhas, Hélio Pellegrino e Wilson Chebabi, membros associados da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro, causando grande impacto em parcelas significativas da intelectualidade e da classe média e no movimento psicanalítico como um todo.

A reportagem, que ocupou toda a primeira página do segundo caderno do periódico, teve como manchete trechos da entrevista concedida por Eduardo Mascarenhas onde o analista afirmava que:

"A psicanálise está dominada por um baronato. Suas instituições são marcadas por cargos vitalícios, nela o clima é feudal. O poder é a gerontocracia, prevalecem padrões do mandarinato. Noventa por cento dos psicanalistas não leram a obra de Freud, contentando-se com uma introdução à obra de Melanie Klein, de Hanna Segal. Não sabem distinguir uma epistemologia idealista de uma materialista, nem sabem o que é epistemologia, Não conhecem Kant, Hegel, não ouviram falar de Marx. Mas neles predomina a pretensão de tudo dominar monopolisticamente" (MASCARENHAS, 1980: 1)

Ainda sob o impacto da publicação da matéria jornalística, onde os três analistas teciam duras críticas às instituições componentes da IPA, o meio psicanalítico foi sacudido por outra revelação surpreendente que veio à baila no mesmo evento que deu origem à reportagem de Roberto Mello.

No dia seguinte à publicação de "*Os Barões da Psicanálise*", o ex-presos político Rômulo Noronha de Albuquerque relatou para a platéia do seminário que, quando era prisioneiro da ditadura militar, foi vítima de uma equipe de torturadores que contava com a participação do médico Amilcar Lobo Moreira da Silva, candidato da Sociedade Psicanalítica do Rio de Janeiro e analisando do psicanalista didata Leão Cabernite, o então presidente da Associação Brasileira de Psicanálise. Esta última revelação, ainda que não tenha repercutido de imediato na imprensa, marcou de modo decisivo os novos rumos assumidos pela psicanálise no Brasil. (*Apud* PONTE, 1999)

Intimamente associados, os dois episódios ocorridos na PUC do Rio de Janeiro inauguraram uma crise sem precedentes nas duas sociedades cariocas

vinculadas à IPA e deram margem a um grande número de reportagens, em que os periódicos de maior prestígio no país expuseram a uma opinião pública estarecida, o obscurantismo e as relações espúrias que permeavam parte das instituições psicanalíticas do país.

A interação entre essa série de fatores apresentou fortes reflexos sobre as formas de relacionamento até então vigentes no interior dessas instituições e contribuiu para o delineamento de um quadro de crise do modelo de organização e desenvolvimento por elas adotados em que a pressão por mudanças em seus estatutos se tornou avassaladora.

A mobilização contra o modelo de organização expresso em tais estatutos tinha por objetivo destruir a rígida hierarquia que caracterizava essas instituições e quebrar o monopólio exercido pelos analistas didatas sobre a formação profissional e a condução político-administrativa das sociedades.

Os dispositivos estatutários das instituições vinculadas à IPA, além de dificultar a progressão dos associados no interior da instituição e de reduzir de modo significativo a possibilidade de renovação de seus dirigentes, limitavam em muito a capacidade dessas sociedades de habilitar novos profissionais, na medida em que o processo de formação pressupunha a participação de alguns poucos analistas didatas tanto na análise pessoal dos candidatos ao título de psicanalista quanto na supervisão dos casos clínicos por eles atendidos como pré-requisitos para a qualificação.

Pressionadas pela concorrência, abaladas por denúncias de envolvimento com a prática de torturas e calcadas em um modelo de organização que induzia à formação de verdadeiras castas, as sociedades psicanalíticas vinculadas à IPA se viram como que "engessadas" pela própria configuração organizacional por elas adotadas até então.

Importa ressaltar que, independente da ação de alguns, o modo de estruturação destas instituições trazia consigo uma visão acerca da psicanálise e de sua institucionalização que, ao privilegiar aspectos corporativos e relegar para segundo plano a investigação teórica, não admitia espaço à diferença, excluindo ou anulando àqueles que não se submetiam às razões ditadas não pelo desenvolvimento do saber, mais pelas exigências imperativas de sua própria manutenção.

Autonomizado, este modelo de organização cria burocratas que, a pretexto de zelar pelo saber que na verdade instrumentalizam, obtêm vantagens pecuniárias e prestígio, ao mesmo tempo em que são tragados pelo mecanismo que julgam gerir com independência e honestidade, para transformarem-se, a exemplo de alguns de nossos personagens, em caricaturas sintomáticas da doença da qual, acreditando serem a cura não passam de agentes.

O outro lado dessa moeda é que a obediência cega a regras institucionais e a manuais de técnica implica a desvalorização do saber do analista que está em carne e osso, diante de seu paciente. O que conta é a voz da Instituição que supostamente tem todas as respostas e não o que se produz no espaço dialógico. Subentende-se aí uma dificuldade de interlocução, que nos impele a pensar no tipo de subjetividade que pode ser produzido através de uma análise em que se mantém como horizonte de garantia a verdade produzida pelo espelho e pelos estatutos.

Como enfrentar o desamparo de não ser para poder constituir-se de outros modos, se o analista permanece fixado na obediência servil, impondo as normas e regras do Senhor que o analisando não pode deixar de seguir sob a pena de ser julgado como culpado de resistência?

A partir dessa ótica, é necessário repensar o conceito de resistência, positivando-o como oposição “às forças econômicas e políticas que entravam a liberdade” (Plon, 2000: 1), como resistência à perda dos traços locais que a psicanálise em seu modelo universalizante propõe. Numa ideologia em que predominam o pragmatismo e o empirismo, é preciso resistir para manter a fluidez subjetiva e a cadeira vazia da verdade, do pensamento e do caminho únicos.

Nessa medida, a entrada de Lacan no circuito das instituições psicanalíticas e da própria psicanálise nas universidades pode ser pensada como uma forma de resistência política importante. É preciso, entretanto, considerar que se a entrada do discurso lacaniano no país na década de 1980 contribuiu para a desconstrução institucional, esta foi rapidamente reorganizada em torno de nova idolatria, apagadora do efeito de estranhamento e pulsionalidade. Seguir os ditames cristalizados e hierarquizados das instituições, letra por letra, se opõe ao trabalho psicanalítico

em sua dimensão de subversão da ordem estabelecida, propiciadora de diferentes sentidos e reinvenções.

Hoje, quando se discute a babel psicanalítica em que nos transformamos e o que podemos reconhecer de elemento comum, qual o lugar que a psicanálise deve ocupar formalmente como profissão neste país, e em que podemos diferenciá-la de outras práticas psicoterápicas, neuro-lingüísticas, religiosas, e médicas de modo a fazer frente às questões a que agora somos convocados para não desaparecermos, as histórias desse saber podem representar um caminho possível de análise, não apenas do que aconteceu, mas sobretudo do que está por vir.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA PRADO, Mário Pacheco. "Realidade Social e Psicanálise", *Revista Bras. Psicanálise*, n.10, 1976 p.267-268.

BIRMAN, Joel. *Freud e a experiência psicanalítica*. Rio de Janeiro, Taurus, 1989.

_____ Nem sempre meu francês é tão gostoso assim, in SANTOS, L. A. V. (org.), *Psicanálise de Brasileiro*, Rio de Janeiro, Taurus, pp.27-32, 1997

CABERNITE, Leão. "VIII Congresso Brasileiro de Psicanálise", *Segundo Caderno, Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 04 de junho de 1980.

CASTEL. Robert. *O psicanalismo*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

FACCHINETTI, Cristiana. *Deglutindo Freud: histórias da digestão do discurso psicanalítico no Brasil (1920-1940)*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, UFRJ, 2001.

FACCHINETTI, Cristiana e PONTE, Carlos F. "De barulhos e silêncios: contribuições para a história da psicanálise no Brasil", *Revista Psychê*, Campinas, Ed. Universidade de São Marcos, Ano VII, n.11, 2003, p.59-83.

FIGUEIRA, Sérvulo A. *Nos bastidores da psicanálise*, Rio de Janeiro, Imago, 1991.

FREIDSON Eliot. *La professió medica. Un estudio de sociologia del conocimeito aplicado*. Barcelona, 1978.

_____. *Professional power: a study of the institutionalization of the formal knowledge*. Chicago, The University of Chicago Press, 1986.

FREUD, Sigmund. *Das Ich und das Es*. In: *Sigmund Freud Studienausgabe*, vol. III, Frankfurt, S. Fischer Verlag, (1923) 1989.

_____. *Die Frage der Laienanalyse: Unterredungen mit einem Unterparteiischen*. In: *Sigmund Freud Studienausgabe*, Ergänzungsband, Frankfurt, S. Fischer Verlag, (1926) 1989.

FRY, Peter. *Para Inglês Ver*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GAZZOLA, Luiz Renato. *Estratégias na neurose obsessiva*. (Coleção Campo Freudiano no Brasil) Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

KATZ Chaim S. (org.), *Psicanálise e Nazismo*, Rio de Janeiro, Taurus, 1985.

MASCARENHAS, Eduardo. Entrevista. Segundo Caderno. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1980, p. 1.

NIETZSCHE, Friedrich W. Humano demasiadamente humano – um livro para os espíritos livres. [Tradução: Paulo César de Souza]. São Paulo: Companhia das Letras: 2000.

PLON, Michel. Entrevista ao *Jornal do Brasil*. Caderno *Idéias*, 08/07/2000, p.1

PONTE, Carlos Fidélis da. *Médicos, Psicanalistas e Loucos: uma contribuição à História da Psicanálise no Brasil*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, ENSP, 1999.

STARR, Paul. *La transformación social de la medicina em los Estados Unidos da América*. Fondo de Cultura Económica, México, 1991.